

Introdução

A construção de uma Europa unificada continua a constituir um problema cuja resolução *está* longe de ser alcançada. Sobressai neste drama contemporâneo um grupo de actores políticos constituído pelos partidos comunistas da Europa Ocidental.

É-nos útil reflectir sobre aqueles partidos cuja influência é mais sentida, não só nos países a que pertencem, como também além das respectivas fronteiras: o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Comunista Francês (PCF), o Partido Comunista Espanhol (PCE) e o Partido Comunista Português (PCP)¹. Este artigo pretende descrever a evolução das posições comunistas face às Comunidades Europeias e, principalmente, a evolução do Partido Comunista Português sobre esta questão.

Antes de mais, é necessário fazer uma série de observações que servirão de prefácio. Quando se procede à análise dos partidos comunistas da Europa Ocidental, tem que se ter em consideração a relação muito específica que estes mantêm com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A ideologia comum e as experiências históricas destes partidos condicionam as atitudes que estes adoptam perante qualquer questão. Certamente que a questão das Comunidades Europeias não constitui excepção a esta regra. Hoje em dia assiste-se ao relançamento por parte da União Soviética da «casa comum europeia», conceito que encontra eco em vários e inesperados pontos da Europa². De facto, o que *está* em questão não é uma Europa mais unida, mais interdependente, mas sim, que tipo de Europa.

Com a *détente* dos anos 70, a hostilidade mútua que caracterizava a relação Leste-Oeste nos anos 50 e 60, começou progressivamente, a ser reduzida³. A existência de dois blocos que visavam a integração, apesar da diferença de grau e qualidade, estava condicionada pelo relacionamento político da época. O primeiro encontro não-oficial entre as Comunidades Europeias e o Conselho de Assistência Económica Mútua (Comecom) realizou-se em 1973. O desanuviamento do clima político internacional conduziu à assinatura de diversos acordos sectoriais entre as Comunidades Europeias e vários países, integrados no Comecom, num quadro bilateral⁴.

A ascensão de Mikhail Gorbachev à direcção do PCUS deu início a um novo relacionamento entre estas duas organizações regionais europeias⁵. Representando a liderança de Mikhail Gorbachev o reconhecimento implícito da crise interna que abalava a URSS, crise essa não apenas de cariz económico, mas também de cariz sociopolítico, era de esperar que surgissem novas iniciativas soviéticas, com vista à diminuição dos referidos antagonismos. Estas iniciativas, tanto por parte da URSS, como por parte de certos países ocidentais, criaram novas oportunidades e novas dificuldades para os partidos comunistas europeus não-governamentais.

Em Julho de 1988, uma declaração conjunta das Comunidades Europeias e do Comecom estabeleceu relações oficiais entre ambos⁶. Do ponto de vista soviético, e de acordo com o «novo pensamento» de política externa, o reconhecimento formal das Comunidades Europeias significava mais do que uma ofensiva política, ou mais do que a possibilidade de adquirir novas tecnologias. Este reconhecimento das Comunidades Europeias representava a necessidade de enfrentar uma nova realidade política, ao mesmo tempo que tentava influenciar o desenvolvimento destas instituições. Como exemplo do êxito desta postura soviética podemos apontar o recente discurso proferido por Gorbachev no Conselho da Europa. O PCUS chegou a conclusões semelhantes àquelas a que o PCI chegara anteriormente. O que aqui deve ser salientado é que esta nova atitude do PCUS influenciaria, bem ou mal, as atitudes dos partidos comunistas derivados. E evidente que nem todos estes partidos podiam responder de forma idêntica, pois temos de considerar que a realidade doméstica, em que estes partidos se inserem, é, principalmente no que se refere aos partidos aqui analisados, mais importante do que a posição soviética. Isto não significa, de forma alguma, que seja de afastar qualquer tipo de influência soviética, mas sim que esta é relativa e nem sempre previsível.

De qualquer modo, a aceitação, e mesmo a apreciação favorável, das Comunidades Europeias pela URSS implica para os partidos comunistas da Europa Ocidental, que continuam a questionar as Comunidades Europeias, novas pressões para que reconsiderem as suas posições⁷. Aliás, a própria experiência do PCP, demonstra que a influência do PCUS pode ser conduzida através de grupos renovadores no próprio seio dos partidos dogmáticos cuja posição face às Comunidades Europeias já não encontra eco em Moscovo. A dimensão das transformações que decorrem nas Comunidades Europeias não podem ser ignoradas se estes partidos pretenderem continuar a desempenhar um papel relevante nas sociedades em que se inserem.

Em direcção à Europa

Nos fins da década de 50, os dois partidos comunistas mais poderosos da Europa Ocidental, o PCI e o PCF, recusaram-se a reconhecer a existência das Comunidades Europeias⁸. Aderindo às teses dominantes na época, formuladas pelo PCUS, o estabelecimento das Comunidades Europeias era considerado por estes dois partidos como uma manifestação da fase superior do capitalismo, que visava a resolução das suas próprias contradições. A tese dos «dois campos hostis», e a própria homogeneidade do movimento comunista internacional, não permitia a adopção de uma postura «não-antagonista» em relação às Comunidades.

Esta perspectiva dos comunistas da Europa Ocidental manter-se-ia sem qualquer alteração até 1961, quando o PCI, que votara contra a aprovação do tratado de Roma no Parlamento italiano em 1957, modificou a sua

posição em relação à integração europeia. O PCUS e o PCF, firmes na sua oposição à CEE, não podiam deixar de dar a entender que esta ruptura do PCI com as posições do movimento comunista internacional não era do seu agrado. Com a entrada de alguns deputados do PCI no Parlamento Europeu, em 1969, deu-se um passo histórico no desenvolvimento das posições sobre as Comunidades Europeias.

Para os comunistas italianos, a sua disposição para intervir dentro das instituições comunitárias significava o rompimento com a conceptualização dominante *entre* todos os partidos comunistas, no que diz respeito ao conflito que opunha o socialismo ao capitalismo. Do ponto de vista do PCI, a integração europeia trazia consigo alguns aspectos positivos que podiam ser maximizados através de uma forte intervenção dos comunistas no Parlamento Europeu. Daí que o PCI pretendesse, antes de mais, algumas reformas ao Parlamento Europeu, que garantissem a «democratização» das Comunidades⁹. Sendo o maior e mais influente partido comunista da Europa Ocidental, o PCI pretendia representar os interesses dos restantes partidos comunistas no seio das instituições comunitárias¹⁰.

Os deputados italianos demonstraram, desde o início da representação do PCI no Parlamento Europeu, uma certa abertura à esquerda europeia não-comunista. O Grupo Comunista e Afins foi formado na sessão de Dezembro de 1973 do Parlamento Europeu¹¹.

o Se a inclusão do PCF no seio do Grupo Comunista e Afins deu um carácter mais largo a este grupo, a sua coesão ficou desde logo comprometida. As diferentes posturas políticas do PCI e PCF inviabilizavam a apresentação de uma perspectiva comum no Parlamento Europeu. Eram sobretudo as questões de ordem institucional e as eleições directas para Parlamento Europeu, que dividiam estes dois partidos¹². Porém, deve-se salientar que estas divergências no tocante ao Parlamento Europeu, também reflectiam as respectivas opções políticas nacionais. A Conferência de Partidos Comunistas, realizada em Bruxelas, em Janeiro de 1974, veio clarificar as posições do movimento comunista internacional, no que concerne à integração europeia. Durante esta Conferência, Enrico Berlinguer não só realçou as grandes potencialidades das Comunidades Europeias, como também teceu severas críticas às posições do PCF. Berlinguer, ao criticar as posições do PCF em relação à questão europeia estava, se bem que indirectamente, a pôr em causa as próprias teses soviéticas. Em contraposição a Berlinguer, George Marchais, secretário-geral do PCF, pretendia uma Comunidade liberta do capitalismo, uma Comunidade que reunisse em si todas as condições necessárias para alcançar o socialismo. Esta posição, quase indistinta da do PCP de hoje em dia, era claramente rejeitada pelo PCI. Mas, segundo o PCF, a oposição ao supranacionalismo seria rigorosamente mantida porque uma Europa unificada seria muitíssimo mais prejudicial para os trabalhadores do que a existência de vários estados capitalistas em constante competição¹³.

Apesar de estes problemas não serem nem ocultados, nem ultrapassados pelos diversos partidos comunistas representados no Parlamento Europeu,

foram no entanto conciliados até há poucos meses. O próprio grupo parlamentar comunista aceitava estas divergências, tendo em conta que a manutenção do referido grupo parlamentar garantia certos privilégios financeiros e administrativos, que certamente lhes seriam sonegados caso o grupo se dissolvesse. Todavia, este facto é insuficiente para explicar a existência do grupo. Temos de considerar que apesar das manifestas diferenças entre o PCF e o PCI, a afinidade ideológica *entre* ambos não permitia uma ruptura completa e definitiva neste período. Assim, enquanto os partidos comunistas aderiram a uma concepção de um movimento comunista internacional, independentemente das suas ambiguidades, o grupo parlamentar comunista no Parlamento Europeu manter-se-ia minimamente coeso.

Para além de todas estas considerações, os partidos comunistas da Europa Ocidental, independentemente da sua posição face às instituições comunitárias, continuavam unidos na sua reivindicação quanto ao objectivo global — a criação de uma «Europa dos trabalhadores». Apesar do conteúdo deste objectivo ser extremamente vago, não se punha em causa o importante papel dos sindicatos, como representantes dos trabalhadores, no confronto entre o trabalho e o capital¹⁴.

Quanto às questões de política externa, existiam certos traços gerais comuns a todos os partidos comunistas europeus, especialmente no que diz respeito aos países em vias de desenvolvimento. Os conflitos entre os partidos comunistas europeus iam surgindo, principalmente, no tocante ao papel da Europa no conflito Leste-Oeste, à natureza dos sistemas de democracia liberal, e por fim em relação à natureza do «socialismo real» dos países de Leste¹⁵.

A desintegração do movimento comunista internacional, em resultado do aparecimento da opção eurocomunista, nos anos 70, provocaria uma reavaliação, por parte de certos partidos comunistas, das suas posições quanto às Comunidades Europeias. Durante todo este moroso processo de reavaliação o PCI revelou-se, mais uma vez, como um partido de vanguarda, mais aberto às alternativas apresentadas pela realidade. Relativamente à questão europeia, o eurocomunismo introduzia a possibilidade de estabelecimento de uma estratégia regional com vista a um socialismo adaptado às realidades da Europa Ocidental e, por conseguinte, necessariamente afastado do «socialismo real» no Leste¹⁶. Naturalmente que esta perspectiva se opunha à exclusividade do modelo de construção do socialismo representado nas teses do PCUS.

As várias cimeiras eurocomunistas dos anos 70, reunindo o PCI, o PCF e o PCE, consubstanciaram e definiram certas posições comuns¹⁷. Em Roma, em Novembro de 1975, realizou-se uma cimeira entre o PCI e o PCF da qual resultou uma declaração comum que aceitava o pluralismo político, o desenvolvimento das instituições democráticas, a sua participação nas mesmas, e uma promessa de aprofundamento da luta contra os monopólios¹⁸. Mas seria a participação de Santiago

Carrillo nestas cimeiras que aceleraria esta dinâmica. As posições extremamente críticas do PCE em relação ao PCUS e a sua concepção do socialismo provocaram uma forte reacção dos soviéticos que, em parte, viria a conduzir à desintegração do Partido Comunista Espanhol¹⁹.

Todavia, o PCE adoptou uma postura pró-europeia que serviu para pressionar o PCF. O entusiasmo de Santiago Carrillo pelo «europeísmo» derivava de este se ter convencido de que uma «estratégia europeia», independente da tutela soviética, era fundamental para a construção do socialismo na Espanha e no resto da Europa Ocidental. Santiago Carrillo pretendia adoptar a sua estratégia democrática reunindo a oposição espanhola ao franquismo a nível regional. Assim, o POE visava a criação de uma esquerda europeia cuja missão era assegurar uma sociedade socialista europeia independente dos dois blocos existentes. Apesar de o PCE se recusar a adoptar posições correntes em relação às questões específicas, durante este período, uma vez que a Espanha não estava ainda ligada às Comunidades Europeias, este partido apoiou, entusiasticamente, as Comunidades Europeias²⁰.

Mas o entusiasmo do PCE não era seguido pelos comunistas franceses. O PCF, cujo nacionalismo em matéria de integração europeia era evidente, decidiu participar na «extensão da CEE e suas instituições» ao assinar o Programa Comum com o Partido Socialista Francês em 1972²¹. Não obstante esta declaração de aceitação da integração europeia, *entre* outras mais firmes durante a sua fase eurocomunista, o PCF hesitou sempre em aceitar as possibilidades de construção do socialismo dentro da própria Comunidade. Para além disso, esta declaração de 1972 referia-se, meramente, a uma maior participação nos projectos económicos da CEE. Para os comunistas franceses o principal perigo advinha da perda da soberania nacional, imposta pelos projectos supranacionais das Comunidades Europeias. A oposição do partido de Georges Marchais assentava no pressuposto de que as Comunidades Europeias representavam um bloco capitalista dominado pelos Estados Unidos da América e pela República Federal da Alemanha, dominação essa que não possibilitaria as transformações socialistas pretendidas pelo PCF. A oposição à supranacionalidade inseria-se dentro de uma tradição política bem recebida pela opinião pública francesa. O receio de que a França perdesse parte da sua soberania nacional levou o PCF a recusar a sua participação nas eleições directas para o Parlamento Europeu antes de o governo francês garantir que não aprovaria o alargamento dos poderes do Parlamento Europeu. Tendo em conta diversos factores, o eurocomunismo cai em decadência ao mesmo tempo que se tornava evidente que as divergências entre os partidos eurocomunistas se aprofundavam. Esta decadência veio a afectar os partidos eurocomunistas de diferentes formas. O PCI negou a natureza privilegiada da sua relação com os outros partidos comunistas ao mesmo tempo que se declarava parte integrante da esquerda europeia. O PCE sofreu várias cisões internas e foi relegado pelo

Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) para uma expressão eleitoral insignificante. O PCE, sempre ambivalente na sua «liberalização», assumiu, após a invasão soviética do Afeganistão, a sua antiga ortodoxia.

A caminho da cisão

Se os anos 70 foram marcados por uma certa ambiguidade por parte dos comunistas europeus no que respeita às Comunidades Europeias, e por uma tentativa de auto-definição em relação a estas, esta década também contribuiu para uma clarificação não só das posições destes partidos, como também da própria União Soviética. A cisão dos comunistas no Parlamento Europeu ocorrida após as eleições de Junho deste ano é a consequência lógica da desintegração do movimento comunista internacional, e uma tentativa de encontrarem novas formas dentro do espaço europeu.

A nova definição de Europa foi uma vez mais protagonizada pelo Partido Comunista Italiano. O impasse do eurocomunismo dos anos 70, o declínio da influência do partido e o falhanço do *compromesso storico*, conduziram o PCI a pôr em causa e a repensar a sua auto-definição. A estratégia gramsciana de «hegemonia cultural» implicava que, após os acontecimentos de 1968/69, o PCI respondesse aos novos movimentos sociais surgidos em Itália. Se esse *compromesso storico* visava, antes de mais, se bem que de forma incompleta e contraditória, aquela resposta, a negação do carácter «comunista» deste partido, e a sua auto-definição como partido reformista, aprofunda também esta tendência. O PCI reconheceu que, para sobreviver, tinha necessidade de atrair o eleitorado que aderira aos valores «pós-materialistas». Daí que o centralismo democrático, o marxismo-leninismo e a ditadura do proletariado, entre outros conceitos, se encontrassem desde há muito ultrapassados. Assim, tornava-se necessário, do ponto de vista da coerência política de uma «esquerda europeia», rejeitar as relações privilegiadas com os partidos irmãos.

É neste contexto que devemos considerar o Relatório Spinelli²². Adoptado a 16 de Setembro de 1983, este relatório foi um marco fundamental na evolução das posições pró-europeias dos comunistas italianos. Ao apoiar este documento, Enrico Berlinguer declarava que os interesses supranacionais «representavam a melhor defesa para as nações e os países»²³. Ao favorecer a construção da integração política e económica, o PCI assumia o desafio de trabalhar dentro das próprias instituições comunitárias para efectuar a «democratização» das Comunidades. Mas, ao assumir esta posição, o PCI reconhecia, já em 1983, que as teses marxistas tradicionais, no tocante ao empobrecimento das classes desfavorecidas nas sociedades capitalistas não passavam de um equívoco.

Apesar de os comunistas italianos reconhecerem, desde há anos, esta realidade, o PCF mantém-se intransigente. Para o PCF, as Comunidades

Europeias visam, principalmente, impedir o progresso do socialismo, preservar o capitalismo monopolista de estado e aumentar a exploração das classes trabalhadoras. Bernard Marx, membro do Comité Central do PCF, escreve que as Comunidades Europeias existem para consolidar e aumentar o poder dos grandes grupos capitalistas e monopolistas. Por conseguinte, isto «significa acumulados ataques selvagens contra o emprego, os direitos e a segurança social, uma continuada renúncia da soberania nacional em benefício dos monopólios transnacionais das organizações estatizantes supranacionais, e uma acentuada exploração e divisão dos povos»²⁴.

Para os comunistas franceses, a perda da soberania nacional põe em causa os direitos e as conquistas dos trabalhadores, e consequentemente, o PCF opõe-se à «Europa de 1992». Nem mesmo o «espaço social europeu» diminui esta oposição dos comunistas franceses à Europa de 1992. Segundo este partido, o espaço social europeu significa, pura e simplesmente, que serão fixados os critérios mínimos, mas que, no entanto, muitos destes critérios serão inferiores a critérios nacionais e conduzirão a um recrudescimento da exploração dos trabalhadores²⁵.

Se as posições francesas e italianas reflectem duas perspectivas opostas, a posição do Partido Comunista Espanhol, se bem que próxima das teses italianas, ocupa um espaço intermédio. Na óptica do PCE, as Comunidades Europeias, no seu estado actual têm ainda muitos pontos que deverão ser corrigidos. Em particular, o Acto Único Europeu representa, para este partido, a criação de um gigantesco mercado com milhões de consumidores, mas minado pelo grande capital²⁶. Desta forma um tal mercado pode prejudicar a economia espanhola, e muito especialmente a sua agricultura.

Em geral, o que preocupa o PCE são as desigualdades regionais, que se evidenciam nas Comunidades Europeias, entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido. Daí que as consequências do Acto Único Europeu exigissem, pelo menos do ponto de vista do PCE, algumas reformas estruturais. Estas reformas preconizadas pelos comunistas espanhóis seriam acompanhadas por uma nova política cultural viável através de uma aliança entre as forças progressistas, a nível da Europa²⁷. A realização deste projecto, implica para o PCE a construção de uma Europa comum, ou seja, de uma Europa que não esteja limitada à Europa Ocidental.

Implícita a esta estratégia, que se desmoronou com a cisão do grupo comunista do Parlamento Europeu, estava presente uma certa unidade entre os partidos comunistas que conduziu ao alargamento deste grupo a outros sectores da esquerda. O PCF sentia-se vocacionado para desempenhar um papel importante na condução desta estratégia, tendo em conta que apoiava as intenções do PCE e do PCP de criação de frentes nacionais com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores franceses e portugueses. Por outro lado, o PCE apoiava, sem margem para dúvidas, o

PCI na sua visão de uma Europa Unida²⁸. Ao mesmo tempo que existia uma certa tensão entre estas duas posições, de certo modo contraditórias, o PCE, dado o seu pragmatismo, reconhecia que «os comunistas sozinhos não podem elaborar nem realizar uma política alternativa». Tal como na própria Espanha, essa alternativa passaria pelo frentismo de esquerda. Todas estas contradições surgidas no movimento comunista europeu vieram à luz após as eleições de Junho último para o Parlamento Europeu. Em consequência deste acto eleitoral, o antigo Grupo Comunista e Afins, dividiu-se em dois grupos distintos. Por um lado, criou-se o Grupo para a Esquerda Unitária Europeia, formado maioritariamente pelo PCI e pelo PCE, com o propósito de englobar a esquerda europeia²⁹. Por outro lado, o PCF e o PCP, entre outros partidos, formaram o Grupo da Coligação de Esquerda fiel às teses ortodoxas e sectárias³⁰. As divergências do movimento comunista europeu não podiam ter tido outro resultado a não ser uma cisão deste tipo.

O PCP e a Europa

A oposição do Partido Comunista Português em relação à entrada de Portugal nas Comunidades Europeias foi condicionada pela sua análise da realidade portuguesa, aprovada durante o seu VI Congresso, em 1965³¹. O VI Congresso do PCP adoptou o conceito de «revolução democrática e nacional», e sistematizou, também, de acordo com uma interpretação específica do marxismo-leninismo, a natureza do regime salazarista. Desta forma, torna-se necessário sumarizar a descrição da sociedade e economia portuguesa, elaborada pelos comunistas portugueses aquando daquele Congresso de Kiev, para que melhor se possa compreender a hostilidade do PCP à integração de Portugal nas Comunidades Europeias. Na óptica do PCP, o subdesenvolvimento nacional não se devia à «pobreza natural do país», mas sim à organização económica, protagonizada pelo regime autoritário, que visava a protecção e expansão dos interesses dos monopolistas e dos latifundiários³². O regime autoritário era definido pelo PCP como a «ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários»³³. A luz deste posicionamento teórico, pode concluir-se que os interesses do capital doméstico e estrangeiro, utilizavam o estado para concentrar e monopolizar o capital em condições de autêntico subdesenvolvimento. Assim, o estado «fascista» acelerava este processo, colando o capital monopolista doméstico ao imperialismo estrangeiro. Em Portugal, o desenvolvimento do capitalismo monopolista de estado, implicava uma fusão entre o capital financeiro e o industrial, e entre os latifundiários. A fusão entre os monopólios financeiros e os monopólios industriais asseguravam uma posição dominante a estes grupos financeiros. A rectificação desta situação exigia, segundo o PCP, uma política de nacionalizações e uma reforma agrária colectivista. O derrube do poder político exercido por este sector do capital passava pela liquidação do

poder económico do mesmo. A destruição do poder dos monopólios criava, sem grandes dificuldades, as condições necessárias para um rápido desenvolvimento nacional. Esta liquidação dos monopólios, objectivo principal da «revolução democrática e nacional», permitia o «aproveitamento das riquezas nacionais» e « o amplo desenvolvimento da economia numa base não-capitalista»³⁴. Assim, e tendo em conta que o capitalismo monopolista de Estado é um capitalismo avançado, e que é impossível regressar a uma fase inferior e competitiva, resta apenas como alternativa viável o socialismo. Consequentemente, o fim do regime «fascista» significaria o fim dos monopolistas e latifundiários ao mesmo tempo que se daria início à construção de um sistema rumo ao socialismo³⁵.

A situação portuguesa era também peculiar num outro ponto de vista. Portugal, apesar de ser «o último da Europa» em índices de desenvolvimento, era, simultaneamente, um poder colonial. As colónias portuguesas, exploradas por uma aliança *entre* o capital nacional e o estrangeiro, dependiam de Portugal, do mesmo modo que Portugal dependia dos países capitalistas mais avançados. Assim, o capital financeiro nacional partilhava com o capital estrangeiro a exploração das colónias. Daí que o PCP caracterizasse Portugal como um «colonizador colonizado»³⁶.

E dentro deste quadro conceptual que o Partido Comunista Português formulou a sua posição face ao Mercado Comum. Segundo Álvaro Cunhal, a dependência portuguesa em relação ao capital estrangeiro, era agravada pela participação de Portugal em zonas de comércio livre, nomeadamente na EFTA³⁷. A competição com os países capitalistas avançados, implicava a criação de condições para que a indústria e agricultura portuguesa fossem capazes de competir eficazmente com esses países. Esta competição, na óptica do PCP, conduzia a uma crescente exploração das classes trabalhadoras. Para além disto, este processo de concentração do capital destruía o sector das pequenas e médias indústrias. Através deste processo, os monopolistas viam o seu poder aumentado sobre o conjunto da sociedade portuguesa. Consequentemente, o mercado português seria invadido por produtos estrangeiros (com os quais os produtos domésticos não podiam assegurar uma competição eficaz), surgiria uma crise para a agricultura portuguesa e dar-se-ia uma invasão de capital estrangeiro, o que provocaria uma maior dependência do capital doméstico vis-à-vis o capital estrangeiro.

O Partido Comunista Português considerava, em 1965, a EFTA como um instrumento do imperialismo inglês. Paralelamente, o Mercado Comum servia os interesses dos monopólios francófonos e germânico-ocidentais. A permanência de Portugal na EFTA, e o facto de Portugal estar, em 1965, «também com um pé dentro e outro fora do Mercado Comum» ilustrava a respectiva influência do capital estrangeiro em Portugal³⁸. Portugal era, segundo o PCP, um espaço geográfico onde estes dois tipos de imperialismo se degladiavam, disputando o nosso mercado. A incorporação

de Portugal nos «Sete», cuja potência principal era a Grã-Bretanha, decorria de este país exercer, sobre Portugal, uma especial, tradicional e dinâmica influência.

O PCP concluía, então, que a inclusão de Portugal num ou noutro bloco económico significaria uma profunda alteração da existente «correlação de forças». O que estava em causa para Álvaro Cunhal e o seu partido era que a integração de Portugal na CEE, tal como a participação na EFTA, representavam «igualmente a submissão do país ao imperialismo estrangeiro, com todas as suas nefastas consequências»³⁹. Porém, o interesse nacional e, particularmente, os interesses das classes trabalhadoras, seriam preservados não pela transferência do país «do domínio predominante de uma grande potência para o domínio predominante de outra»⁴⁰, mas sim pelo fim de todas as formas do domínio imperialista e o decorrente início do desenvolvimento nacional. É evidente que as riquezas naturais do país teriam, necessariamente, de ser utilizadas em conformidade com um projecto estatizante e socialista que assegurasse a independência nacional.

A oposição do PCP também era condicionada por um outro factor. Os comunistas portugueses defendiam que o regime autoritário de Salazar se mantinha porque a sua aliança com o imperialismo - suporte do regime — não era posta em causa. O derrube do «fascismo», e a conseqüente instauração de um «regime democrático», passava pela aniquilação do imperialismo. Ao mesmo tempo, a derrota do imperialismo nas colónias contribuía, significativamente, para o seu derrube na metrópole. Era indispensável associar a luta contra o imperialismo e a luta contra o regime autoritário: eram o verso e o reverso da mesma medalha⁴¹.

Para analisar o posicionamento dos comunistas portugueses, no tocante à questão da integração europeia, não se pode ignorar a sua inerente dimensão política. Ao considerar que Portugal era economicamente dominado pelo imperialismo, os comunistas portugueses, para se manterem coerentes, viam-se obrigados a concluir que a política externa portuguesa servia os interesses desse mesmo imperialismo. No que concerne a esta posição, o PCP referia a participação de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A política imperialista deste bloco militar, de carácter agressivo, visava a derrota dos países socialistas, e das suas conquistas. A integração de Portugal no Mercado Comum não só fortaleceria esta política, como também consolidaria o governo de Salazar. A questão da integração europeia não podia, logicamente, ser tida em conta fora do âmbito das relações Leste-Oeste, do internacionalismo proletário nem sequer da construção do socialismo em Portugal.

Para além da Europa capitalista

Se a análise de 1965 condicionava a hostilidade do PCP a qualquer processo de integração de Portugal nas Comunidades Europeias, o processo

revolucionário de 1974/75 veio consolidar esta mesma oposição. A ruptura provocada pelo 25 de Abril de 1974, e o processo revolucionário que se lhe seguiu, conduziram a profundas transformações na sociedade portuguesa. O PCP defendia que a Constituição de 1976 institucionalizara um «regime democrático» em Portugal⁴². Mas, este regime, caracterizado como «democrático», implicava uma nova série de condições, de natureza socio-económica, privilegiadas pela recentemente aprovada Lei Fundamental. As nacionalizações, a reforma agrária, o controle operário e as outras «conquistas de Abril», inclusive a própria Constituição eram, na sua globalidade, elementos essenciais do regime «democrático»⁴³. Porém, esse regime pouco ou nada tinha em comum com os restantes regimes democráticos da Europa Ocidental. Segundo o PCP, as «conquistas de Abril» conduziram a uma democracia, mais avançada do que as «democracias formais, «burguesas, da Europa Ocidental principalmente ao nível sócio-económico»⁴⁴.

Esta «democracia» avançada» fora construída porque a revolução abalou o poder político e económico dos monopólios. A destruição do poder económico dos monopolistas e latifundiários, sobretudo após o 11 de Março de 1975, desbravou o caminho para o socialismo. Este novo «regime democrático» era, simultaneamente, uma afirmação de independência nacional, tendo em conta que uma afirmação democrática anti-monopolista e anti-latifundiária constituía uma postura anti-imperialista. Deve-se salientar o facto de o PCP ter associado as transformações revolucionárias nacionais à luta internacional anti-imperialista. Para o partido de Álvaro Cunhal, a abolição do capitalismo monopolista de Estado alterava a correlação de forças na Europa em favor das classes trabalhadoras. De certa forma, particularmente no que diz respeito à estrutura socio-económica do país, Portugal em nada se assemelhava à Europa Ocidental. Aliás, poder-se-á mesmo dizer que, segundo o PCP, as questões das democracias burguesas eram irrelevantes no Portugal «democrático»⁴⁵. Havia apenas dois rumos possíveis para o país : ou o fascismo ou o socialismo. A protecção das «conquistas de Abril», consagradas na Constituição da República Portuguesa, era essencial para que o socialismo triunfasse.

A oposição do Partido Comunista Português ao pedido de adesão às Comunidades Europeias era determinada por esta perspectiva teórica. Integrar o país em tais instituições significava um retrocesso no desenvolvimento nacional e, o que era ainda mais preocupante, do ponto de vista do PCP, significava também a susceptibilidade de uma restauração do poder dos monopólios. Uma vez derrubada a tentativa de assalto ao poder por parte do PCP, em 1974/75, este partido passaria a adoptar uma estratégia que pretendia a formação de uma «alternativa democrática» com vista a preservar o status *quo* que as «conquistas de Abril» lhes haviam facultado⁴⁶.

As reformas introduzidas pelo I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, eram caracterizadas pelo PCP como o início da recuperação capitalista⁴⁷. Este processo da recuperação capitalista visava a «liquidação das grandes transformações democráticas realizadas nas estruturas económico-sociais de que resultou a criação nacional de um vasto sector não capitalista»⁴⁸. Eventualmente, esta «restauração capitalista» abria caminho à recuperação e «à restauração do poder económico e político do grande capital (associado ao imperialismo estrangeiro) e dos lati-fundiários»⁴⁹.

A oposição do PCP à integração de Portugal nas Comunidades Europeias poder-se-à resumir a três pontos: tal integração seria extremamente negativa para a economia portuguesa, para o «regime democrático», e para a independência nacional. As Comunidades Europeias representavam não só uma ameaça ao nível económico como também ao nível político. No que concerne ao aspecto político, a própria integração nas Comunidades Europeias não passaria de uma «grande operação política»⁵⁰. Era precisamente esta «operação política» que justificaria o ataque às «conquistas de Abril».

Para manter Portugal rumo ao socialismo não era possível alinhar o país com as Comunidades Europeias. Esta situação deriva de o PCP continuar a aderir a uma definição caricata das Comunidades, que não sofre alteração desde 1965. Para os comunistas portugueses, esta organização era «uma associação de países onde existe o capitalismo monopolista de Estado e por isso a sua política é determinada pelos interesses dos grandes monopolistas dos países mais desenvolvidos»⁵¹. Inserir Portugal no seio das Comunidades garantia o abandono, pura e simples, da via não-capitalista de desenvolvimento da economia do país.

Ao mesmo tempo que as estruturas socio-económicas eram as mais avançadas da Europa, Portugal continuava a ser um país economicamente subdesenvolvido. Esta posição de relativa fraqueza face às restantes economias europeias demonstrava que a integração de Portugal nas Comunidades Europeias implicava que os interesses nacionais fossem, seriamente, subordinados aos interesses dos países mais desenvolvidos e das suas multinacionais. Os interesses do capital monopolista, inclusivé a extensão da supranacionalidade, seriam demasiado poderosos para que Portugal os pudesse enfrentar dentro das próprias Comunidades Europeias⁵².

Eis o paradoxo da posição do Partido Comunista Português perante a questão da integração europeia. Por um lado, e no que diz respeito à organização política e socio-económica, Portugal ultrapassara os restantes países da Europa capitalista, por outro lado a economia portuguesa, para não falar das instituições políticas, era a mais débil entre os estados que constituíam as Comunidades Europeias. Por conseguinte, o capitalismo monopolista de estado, representado pelos estados membros das Comunidades e já ultrapassado em Portugal, constituía a ameaça

principal à sobrevivência do «regime democrático» nacional. A «democracia avançada» portuguesa seria protegida fora do sistema de organização económica inferior. Era a incapacidade da revolução portuguesa em pôr termo à influência do imperialismo dentro das nossas fronteiras, e, conseqüentemente, a incapacidade de assegurar a independência nacional face a esse imperialismo, que punha em causa esse regime democrático⁵³.

Ao mesmo tempo que salientava os problemas políticos que a integração europeia acarretava, o PCP não deixava de realçar também as conseqüências económicas de tal integração. O partido de Álvaro Cunhal insistia em que as Comunidades não resolveriam os problemas do desenvolvimento nacional. Pelo contrário, ao abrir o caminho ao capital monopolista estrangeiro, a economia portuguesa seria extremamente prejudicada. Desta forma, o desenvolvimento português passaria por uma política nacional e não por uma integração na Europa dos monopólios⁵⁴.

Em parte, o agravamento dos problemas económicos do país verificar-se-ia logo que Portugal aderisse às Comunidades Europeias. Tendo em conta que a economia nacional se estrutura, principalmente, em pequenas e médias indústrias, a sua abertura torná-las-iam ainda mais vulneráveis e permitiria que a penetração industrial estrangeira não fosse oposta uma competição industrial portuguesa verdadeiramente capaz de concorrer com os monopólios. Assim, não só aumentaria a dominação imperialista em Portugal, como também ficariam enfraquecidas as estruturas económicas nacionais.

No entanto, e do ponto de vista teórico do PCP, os monopólios demonstravam um interesse cada vez maior na integração de Portugal na CEE. Este empenho das Comunidades Europeias, é explicado pela análise da posição do capitalismo europeu no fim da década de 70. Durante este período, especialmente depois da crise do petróleo provocada pela OPEP em 1973, a Europa via-se a braços com uma série de problemas económicos. O PCP e os restantes partidos comunistas da Europa defendiam que estes problemas demonstravam que o capitalismo atravessava uma crise geral. Esta situação de crise evidenciava-se através do nível desigual de desenvolvimento regional. As próprias Comunidades Europeias contribuíam para o crescimento das desigualdades, *entre* os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, não só no seio das próprias Comunidades como também em relação aos países do Terceiro Mundo⁵⁵. Conseqüentemente, dado o relativo atraso económico português, o PCP afirmava que seria ilusório pensar que a economia nacional atingiria os níveis dos padrões europeus, após a integração europeia. Se esta análise global era vincadamente pessimista, a avaliação dos diversos sectores económicos, por parte do PCP não era mais optimista. A indústria e a agricultura portuguesa arruinar-se-iam, pura e simplesmente, no momento em que a protecção alfandegária aos seus produtos fosse eliminada. O principal problema, para os dirigentes comunistas, consistia na «eventual adesão de

Portugal à CEE» impor «um crescimento económico centrado nos sectores e indústrias que, na óptica da divisão capitalista do trabalho, interessassem aos grupos multinacionais»(56) . A posição de Portugal na divisão internacional do trabalho, seria determinada pelos interesses dos monopólios e do imperialismo, interesses esses que remeteriam o país para uma posição de submissão aos interesses dos países mais desenvolvidos.

Uma eventual integração nas Comunidades Europeias acarretava algumas consequências, que se evidenciariam a qualquer nível e em todos os sectores da economia nacional. Em termos globais, e tendo em conta o atraso estrutural e tecnológico dos vários sectores da economia nacional, um elevado número de empresas estariam, irremediavelmente, condenadas à falência, logo que as referidas barreiras alfandegárias fossem abolidas. Na indústria, o PCP previa a «ruína acelerada dos pequenos e médios empresários e de sectores de actividade». No sector pesqueiro a «entrega da exploração da nossa ZEE» significaria não só o colapso da actividade pesqueira, como também uma maior dependência face aos produtos pesqueiros provenientes do estrangeiro⁵⁷. As consequências para o sector agrícola admitiam não só a inviabilidade de pequenas e médias explorações, (e por conseguinte o ressurgimento dos latifundiários), como também conduziriam ao êxodo rural. Estas e outras transformações levariam a uma acentuada competição no mercado interno que inviabilizaria a sobrevivência da produção nacional.

Todavia, a oposição que o Partido Comunista Português manifestava rio que diz respeito à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, fundava-se não só em problemas de natureza económica, mas também em questões de ordem política. Os comunistas portugueses estavam convencidos de que o direito comunitário pressupunha uma limitação da soberania nacional. Segundo alguns constitucionalistas comunistas, o facto de o direito comunitário ser «integrado por um conjunto normativo e institucional complexo, dotado de órgãos próprios, nomeadamente de um órgão legislativo e de um órgão jurisdicional», significa que a imposição de normas comunitárias constitui uma limitação da soberania nacional⁵⁸. Daí que se levantasse a questão da supranacionalidade.

A supranacionalidade é entendida pelo PCP como uma resposta aos conflitos de interesses entre os vários grupos capitalistas. Os grandes monopólios vêem na supranacionalidade uma forma de estender a sua hegemonia sobre grandes espaços no processo de crescente internacionalização da vida económica⁵⁹.

Não é por acaso que um partido que se reclama o mais internacionalista, o menos chauvinista e o menos susceptível de nacionalismo, venha a adoptar uma postura do tipo «orgulhosamente sós» e utilize uma linguagem quase xenofóbica⁶⁰. Mas este nacionalismo dos comunistas portugueses era essencial para a preservação do *status* político deste, na sociedade portuguesa. Qualquer facto que diminua a soberania nacional,

e as normas comunitárias e os tratados de adesão são interpretados como tendo tal função, põe em causa o «regime democrático». *O status quo* constitucional poderia ser posto em causa por uma adesão às Comunidades Europeias. Aliás verificaria-se que a necessidade de uniformização dos valores constitucionais nacionais com os valores das democracias ocidentais constituía um argumento, mais do que válido, para rever a Constituição da República Portuguesa. Como a adesão às Comunidades implicava a consolidação da democracia pluralista, a construção do socialismo seria posta em causa. O PCP tinha, obrigatoriamente, de adoptar uma postura nacionalista, tendo em conta que as «conquistas de Abril» estavam a ser eminentemente ameaçadas. A oposição que o PCP manifestava no que concerne à adesão de Portugal às Comunidades era condicionada por vários factores estratégicos de carácter nacional. Como já foi referido, a necessidade de evitar qualquer revisão constitucional que visasse a alteração dos princípios colectivistas e estatizantes aí estabelecidos, seria, do ponto de vista político, extremamente prejudicial para o PCP. A alternativa proposta por este partido ao processo de integração europeia era o aprofundamento da dinâmica não-capitalista, ramo do socialismo, baseada numa «alternativa democrática». Esta «alternativa democrática» visava a criação de uma alternativa de esquerda, com a participação do PCP no governo ou a dependência do PS face ao PCP para garantir uma maioria parlamentar. No plano económico, a «alternativa democrática» passava pelo desenvolvimento das capacidades nacionais, pela diversificação das relações económicas externas de Portugal e «pela intervenção activa e criadora da classe operária, dos trabalhadores portugueses»⁶¹. Apesar de o Partido Comunista Português continuar na sua oposição feroz e frontal à integração, este partido, perante o facto de existir um consenso nacional, multipartidário, quanto à adesão às Comunidades Europeias, viu-se forçado a aceitar um mais estreito relacionamento com as Comunidades Europeias. Assim, em 1984 o PCP reconheceu a necessidade de «definir linhas nacionais e patrióticas para o desenvolvimento de relações mutuamente vantajosas com todos os países do Mercado Comum»⁶². De certo modo, esta alternativa não era significativamente diferente das relações entre as Comunidades Europeias e os países de Leste. Se na perspectiva do PCP a economia portuguesa era a mais avançada da Europa Ocidental, este partido não podia deixar de sugerir que o pedido de adesão não passava de uma «operação política». Uma segunda revisão constitucional, a eliminação das referências ao socialismo no texto constitucional, a lei de segurança interna, e a legislação laboral, entre outros conceitos, eram consideradas meramente pretextos, em vez de necessidades, de uma eventual adesão. Em conclusão, toda a legislação social e as reformas constitucionais destinavam-se a «forçar a destruição de todas as transformações democráticas e uma campanha ao serviço das ambições políticas de Mário Soares»⁶³.

Todas estas advertências do PCP não tiveram qualquer efeito na ratificação dos tratados de adesão. Em 1985 restava ao PCP apenas uma alternativa na sua tentativa de inviabilizar esses tratados. O partido de Álvaro Cunhal, visando a dissolução da Assembleia da República antes do dia 14 de Junho de 1985, passou a apostar no novo partido, o Partido Renovador Democrático (PRD), para alterar, em seu favor, a correlação de forças na Assembleia da República, e, por conseguinte, evitar a aprovação dos tratados. Todavia, esta medida desesperada não seria bem sucedida e, no dia 12 de Julho de 1985, a Assembleia da República aprova os tratados de adesão às Comunidades Europeias, apenas com o voto contra do PCP. No entanto, o PCP não reconheceu a legitimidade da aprovação dos referidos tratados tendo em conta que essa aprovação fora feita «por uma Assembleia da República a poucas horas de demissão»⁶⁴.

Apesar de o PCP não reconhecer a legitimidade destes tratados, o facto político existia, e o PCP precisava de encontrar uma nova e adequada estratégia para o enfrentar. O PCP passou então a reafirmar os velhos princípios ideológicos, se bem que numa outra linguagem.

A resposta ideológica dos comunistas portugueses reafirma a importância da classe operária e da luta de classes, não obstante a revolução técnico-científica e as suas consequências. Recordando que, a curto prazo, a referida revolução podia trazer consigo alguns problemas, tendo em conta as transformações por que passavam as classes trabalhadoras, a médio prazo, no entanto, seriam alcançados alguns progressos, no que concerne à consciência e organização das classes trabalhadoras. Assim, o histórico papel desempenhado pela classe operária, com vista ao derrube do capitalismo, seria preservado e a ficção teórica manter-se-ia⁶⁵. Para além da contradição base, entre o capital e o trabalho, existia um fosso entre as novas necessidades, criadas pela própria dinâmica da revolução técnico-científica, sobretudo quanto ao aumento dos serviços, que não podiam ser realizados, tendo em conta as próprias limitações da produção capitalista⁶⁶.

Apesar de o PCP afirmar que os factores objectivos lhe eram favoráveis a longo prazo, necessitava, no entanto, de uma resposta à nova realidade: a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Imediatamente, o PCP propôs uma renegociação dos Tratados de Adesão, ao mesmo tempo que reconhecia a realidade que constituíam as Comunidades Europeias e as suas instituições, ao propor-se defender os interesses nacionais nas instituições comunitárias e sobretudo no Parlamento Europeu.

As Comunidades Europeias visam, segundo o PCP, a protecção e expansão dos interesses dos grandes grupos económicos transnacionais. Daí que a integração de Portugal significava a ruína da economia nacional, uma crescente exploração dos trabalhadores e, entre outros aspectos, a limitação da soberania nacional.

O perigo que constituía a limitação da soberania nacional era, na óptica do PCP, exemplificado pelo conteúdo do Acto Único Europeu⁶⁷. Na liberalização do mercado financeiro, o PCP via um aumento do poder das multinacionais perante os vários estados. Por outro lado, uma mais íntima coordenação dos fundos comunitários provenientes das Comunidades Europeias, criava a possibilidade de estas virem a substituir-se ao Estado na determinação das prioridades económicas. Na vertente política, a luta ideológica (que consistia na difusão de valores imperialistas) e a determinação de diversas políticas sectoriais, tal como a juventude e o ambiente, determinavam a política externa dos Estados membros. Segundo o Comité Central do Partido Comunista Português, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, significava que «numerosas competências e poderes do Estado português (integrantes da independência e soberania nacional) passaram para as instâncias da CEE controladas pelos países mais desenvolvidos e actuando segundo os seus próprios critérios»⁶⁸.

O PCP perante a integração

Com a entrada de Portugal para as Comunidades, em 1 de Janeiro de 1986, três deputados do PCP ocuparam os seus lugares no Parlamento Europeu. O facto de o PCP estar contra a adesão de Portugal significava que o comportamento destes deputados seria condicionado pelos pressupostos do partido em relação ao órgão parlamentar das Comunidades. Em princípio, o Partido Comunista Português apontava para a transferência de poderes dos estados membros, para os órgãos das Comunidades sem «atribuição de reais poderes de decisão à assembleia parlamentar», como um fenómeno altamente preocupante⁶⁹. Para o PCP, o Parlamento Europeu não passava de «uma tribuna política» destinada a promover os ideais da integração e, por conseguinte, os interesses dos monopólios, junto da opinião pública⁷⁰.

No entanto, a decisão de realizar eleições por sufrágio universal e directo, em 1976, para o Parlamento Europeu demonstrava, um certo aprofundamento da lógica supranacional das Comunidades Europeias. Mas, como já foi referido, enquanto alguns partidos comunistas da Europa Ocidental, por exemplo o PCE e o PCI, exprimiam o seu optimismo em relação a esta adesão, o PCP mantinha-se intransigente. Para Álvaro Cunhal era precisamente a lógica supranacionalista que se veria reforçada uma vez realizadas as eleições directas. Esta lógica supranacionalista desenvolver-se-ia porque os deputados europeus «são considerados representantes não do país a que pertencem, mas do conjunto dos povos da Comunidade»⁷¹. Toda esta situação e os limitados poderes do Parlamento Europeu conduziam os comunistas portugueses a adoptarem uma certa ambiguidade face a este órgão colegial comunitário.

No entanto, isto não implicava que os deputados comunistas tivessem de desprezar, por completo, o Parlamento Europeu. O Partido Comunista Português conceptualizava este órgão de modo semelhante ao parlamento nacional, ou seja, como uma arena onde os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais podiam ser defendidos.

Existe, porém, uma certa tensão inerente ao posicionamento do PCP. A supranacionalidade era cada vez mais pronunciada, no entanto, esse fenómeno resultava de certos factores objectivos decorrentes de algumas contradições verificadas no seio do capitalismo. Consequentemente, os comunistas portugueses não se podiam limitar à defesa de apenas um conceito peculiar do interesse nacional.

Era mais lógico esperar por um empenhamento activo, ofensivo, que pudesse conduzir a uma alternativa à «Europa dos monopólios». Com certeza que o PCP achava, e tendo em conta o facto de o partido considerar a democracia portuguesa a mais avançada da Europa Ocidental, que a defesa dessa «democracia» significava defender o futuro do socialismo na Europa ocidental. Daí que os comunistas portugueses afirmassem, em Julho de 1987, que «uma forte representação comunista no Parlamento Europeu e na Assembleia da Republica capaz de bater o pé aos monopólios» significava que «o povo português tem condições para limitar substancialmente as consequências negativas da adesão e impedir que muitas das empresas que hoje se perfilam no horizonte se concretizem»⁷².

Subjacente a esta postura sobre as Comunidades Europeias, estavam a concepção de «revolução democrática e nacional». A onda de contestação interna, iniciada com a publicação do «documento dos seis», que conduziu a uma profunda crise no seio do PCP, iria forçar a liderança deste partido a alterar a sua posição no que diz respeito à integração de Portugal nas Comunidades Europeias⁷³. O Comité Central formaliza o reconhecimento da realidade da CEE, na segunda quinzena de Julho de 1988.

A nova resposta

No entanto, em Fevereiro do mesmo ano, numa entrevista concedida ao órgão do PCP, *o Militante*, Álvaro Cunhal admitira certos «atrasos» nas análises do partido e «insuficiência do conhecimento das mudanças na composição social da sociedade portuguesa e também na composição da própria classe operária»⁷⁴. Esta auto-crítica, certamente provocada pelos acontecimentos internos, possibilitou a realização de um «Encontro do PCP sobre a Europa», inserido nos trabalhos preparatórios para o XII Congresso, no dia 18 de Junho de 1988⁷⁵. É justamente durante esta reunião que o Partido Comunista Português adopta as novas teses referentes às Comunidades Europeias, e que virão a ser formalmente adoptadas pelo Comité Central no mês seguinte.

Como era de esperar, este Encontro concluiu que as posições que o PCP adoptara em relação à integração europeia eram correctas e manter-se-iam válidas. Não obstante, a concretização da adesão e a aprovação do Acto Único Europeu, fizeram surgir novas questões que exigiam uma nova orientação. Uma dessas novas orientações era óbvia: « a saída de Portugal da CEE não está num horizonte próximo»⁷⁶. Devemos sublinhar o impacto do reconhecimento da realidade das Comunidades por parte do PCP. Efectivamente este reconhecimento implica, necessariamente, o reconhecimento da alteração da realidade política e socio-económica. Desta forma, os comunistas portugueses reconheciam que o país enfrentava uma nova realidade que exigia novas respostas políticas por parte do seu partido. Apenas o dogmatismo do PCP não permitiria que este reconhecimento tivesse ocorrido muito tempo antes.

Antes de consumada a adesão de Portugal, o PCP insistira nas consequências negativas que essa adesão introduziria na sociedade portuguesa. Para além disto, o Partido Comunista Português insistia na natureza política do pedido de adesão. Era inegável que a integração de Portugal nas Comunidades trazia consigo consequências políticas para o país. Tudo isto evidenciava que a recusa, ou a incapacidade, de o PCP reconhecer a nova realidade antes de Julho de 1988, era, na melhor das hipóteses, um mero erro estratégico ou, pior do ponto de vista do PCP, um grave exemplo de subjectivismo e uma autêntica negação de um dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

O XII Congresso do PCP, realizado de 1 a 4 de Dezembro de 1988, formalizou uma série de modificações às posições do partido no tocante às Comunidades Europeias. Partindo do princípio de que existiam «atrasos na elaboração teórica de problemas sociais, económicos, institucionais, culturais e filosóficos, particularmente decorrentes de mutações em curso na sociedade portuguesa»⁷⁷, o reconhecimento implícito da incapacidade do PCP responder ao impacto na sociedade portuguesa da adesão de Portugal às Comunidades Europeias surge neste Congresso. A adopção de novas teses referentes a esta questão, durante o XII Congresso, entender-se-ão como uma tentativa de responder a esta situação.

O reconhecimento de uma nova realidade, cujo principal motivo foi a integração de Portugal nas Comunidades Europeias, é a conclusão que se tira aquando do XII Congresso. Por outras palavras, o PCP concluía durante este Congresso que era necessário trabalhar dentro deste quadro político, inclusivé dentro das próprias instituições Comunitárias, para que o partido não deixasse de ser uma força política relevante na sociedade portuguesa. Não se trata de uma conversão às posições «europeístas», mas sim de um adoptar uma estratégia realista dentro do novo quadro político.

Essencialmente, O PCP continua a afirmar que as consequências da adesão são negativas. Porém, um empenhamento do partido no processo

de integração poderá atenuar essas mesmas consequências nefastas. Trata-se, por conseguinte, de formular políticas cujo fim será a defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores. As tarefas impostas ao partido no quadro institucional das Comunidades Europeias não são substancialmente diferentes das tarefas que um partido comunista enfrenta perante o capitalismo nacional. Enquanto as relações de produção capitalistas continuarem a dominar as Comunidades Europeias, o PCP defenderá reformas que visem não só a defesa dos interesses dos trabalhadores, como também o enfraquecimento do capitalismo. O PCP espera, assim, por melhores dias em Portugal, e na Europa Comunitária.

A orientação que hoje guia o Partido Comunista Português não é substancialmente diferente da orientação seguida pelo Partido Comunista Francês. Os comunistas portugueses, visam, essencialmente, democratizar as instituições comunitárias, estabelecer a igualdade entre estados membros e aumentar a influência dos trabalhadores no processo de decisão. Ao adoptar esta perspectiva, o PCP aposta numa forte oposição, constituída nas instituições comunitárias, sobretudo no Parlamento Europeu. Esta posição ofereceu um novo horizonte à actividade política do PCP, mas poderá fazer surgir novos problemas ao partido.

Por isso, os comunistas portugueses, reconhecem que a construção de uma Europa progressista não pode ser obra exclusiva dos partidos comunistas. Socialistas, sociais-democratas e ecologistas, entre outros, constituem um número de opções políticas de esquerda que, apesar de diferentes, reúnem vários objectivos comuns. Uma Europa «progressista e democrática» passa, assim, pela cooperação entre todas estas forças políticas.

Esta Europa «progressista» contrapõe-se à Europa de hoje, que o PCP designa como a «Europa dos monopólios». Assim, existem dois projectos políticos sobre a Europa, um de esquerda e outro de direita.

Conclusão

E inegável que em toda a Europa, tanto no Leste como no Ocidente, os partidos comunistas se encontram em profunda crise de auto-definição. É interessante notar que foi a criação de um projecto político económico «capitalista» e democrático, «burguês», que é parcialmente responsável pelo destino do «paraíso dos trabalhadores».

Daí tornar-se proveitoso analisar a evolução das atitudes dos comunistas perante a questão europeia.

A tentação do comunismo, tanto em termos políticos como em termos teóricos, iniciou-se na Europa, e é o resultado lógico de uma certa tradição europeia. O marxismo-leninismo, há muito desacreditado pelos seus ex-maiores defensores, os intelectuais, continua, no entanto, a merecer reflexão.

Provavelmente o fenómeno mais interessante hoje em dia é, precisamente, a tentativa de criar uma esquerda unida, protagonizada pelo Partido Comunista Italiano. A integração europeia levou este partido comunista a reflectir sobre a necessidade de criar uma concepção mais ampla, Não meramente nacional, para alcançar o socialismo.

As futuras relações inter-estatais europeias serão cada vez mais caracterizadas por uma maior interdependência, cada vez mais dinâmica e complexa. As prováveis consequências socio-económicas e políticas deste fenómeno tendem a criar um meio dentro do qual as organizações comunistas tradicionais, como o PCP, não se enquadram.

Ao recusar-se a adoptar uma atitude realista perante a integração europeia, o PCP cria para si próprio mais um impedimento à sua relevância política na sociedade portuguesa. No que concerne à questão da integração europeia, a história do PCP é caracterizada pela rejeição da *praxis* e pela aceitação do dogma. Ao aderir ao Grupo de Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, o PCP demonstra que esta perspectiva não está em vias de ser modificada.

NOTAS

¹ Existe um elevado número de trabalhos sobre estes partidos. De âmbito geral, salientamos, entre outros: Donald L. M. Blackmer, Sidney Tarrow, eds., *Communism in Italy and France*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1975. Eusébio Mujal-Leon, *Communism and Political Change in Spain*, Bloomington, Ind., Indiana University Press, 1983. Heinz Timmermann. *The Decline of the World Communist Movement*. Boulder, Col., Westview Press, 1987. Joan Barth Urban. *Moscou) and the Italian Communist Party*. Ithaca, Cornell University Press, 1986. Cf., também, Lilly Marcou. *Les pieds d'argile. Le communisme mondial au présent, 1976-1986*. Paris, Editions Ramsay, 1986.

² Sobre alguns aspectos da política externa soviética face à Europa, cf., entre outros : Adam Ulam. «Europe in Soviet Eyes». *Problems of Communism*, 32,3, Maio-Junho de 1984. Ernest W. Lefever e Robert D. Vander Lugt, eds., *Perestroika; How New is Gorbachev's New Thinking ?Mikhail Gorbachev and His Critics*, Washington, D.C., Ethics and Public Policy Center, 1988. Jane Shapiro Zacek, ed., *The Gorbachev Generation: Issues in Soviet Foreign Policy*, New York, New York, Paragon House Press, 1988. Jonathan Steele, *Soviet Power: The Kremlin's Foreign Policy — Brezhnev to Chernenko*, New York, New York, Simon and Shuster, 1984. Mikhail Gorbachev. *Perestroika*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1987. Stephen Sestanovich. «Gorbachev's Foreign policy: A Diplomacy of Decline.. *Problems of Communism*, 37, 1, Janeiro-Fevereiro de 1988.

³ Cf. Rudolf L. Tokés, ed. *Eurocommunism and Detente*. New York, New York, New York University Press, 1978.

⁴ Cf. Ian Zoubek. *EEC-CMEA Relations*. *Radio Free Europe Research Bulletin*, 16 de Junho de 1987.

⁵ Cf. «CMEA-EEC: New Prospects». *World Marxist Review*, 32, 2, Fevereiro de 1989. Sergei Ugarov. «CMEA-EEC: Yesterday and Today. And Tomorrow?. *Socialism: Theory and Practice*, 6, Junho de 1986. *World Marxist Review* é a

edição norte-americana de *Problemas de Paz e Socialismo*, publicada em Portugal sobre o título *Revista Internacional*.

⁶ Esta Declaração é considerada como um factor que «abre uma nova fase na evolução de relação» entre estes dois organismos. Pela primeira vez, a URSS reconheceu as Comunidades Europeias como entidade jurídica. Cf. «CMEA-CEE New Prospects», op. cit., p. 50.

⁷ Cf. Gennady Ariyevich. «Defeat for Europe.. *New Times*, 27, Julho 4/10 de 1989.

⁸ Em 1960, Luigi Longo, do PCI, reconhecia que a CEE era um significant factor no desenvolvimento económico italiano. Cf. John Fitzmaurice. *The Party Groups in the European Parliament*. Londres, Saxon House, 1975, p. 132.

⁹ Cf. Carl Boggs. *The Impasse of European Communism*. Boulder, Col., Westview Press, 1982, p. 62.

¹⁰ Fitzmaurice, op. cit., p. 133.

¹¹ No início o Grupo era exclusivamente composto por partidos italianos o PCI, o Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária e «Independenti di Sinistra». Após as eleições gerais dinamarquesas, em 1973, o Partido Socialista Popular Dinamarquês aderiu ao Grupo. O PCF entrou no grupo parlamentar depois das eleições francesas de Março de 1973.

¹² Cf. Geoffrey Pridham e Pippa Pridham. *Transnational Parties in the European Community II : the Development of European Party Federations* in Stanley Henig, ed., *Political Parties in the European Community*. Londres, George Allen and Unwin, 1979, p. 291.

¹³ Cf. Geoffrey Pridham e Pippa Pridham. *Transnational Parties in the European Community 1 : The Party Groups in the European Parliament* in, *Ibid*, p. 263.

¹⁴ Cf. J. William Friend. *The French Left and Europe*, in Simon Sertafy, ed., *The Foreign Policies of the French Left*. Boulder, Col., Westview Press, 1979, p. 51-55.

¹⁵ Cf. Timmerman, op. cit., p. 49-59.

¹⁶ Esta demarcação da URSS é tratada por Manuel Azcárate, membro do Comité Executivo do PCE, responsável pelas relações externas desse partido aquando da publicação do livro aqui citado. Manuel Azcárate. *The Present State of Eurocommunism : Its Main Features, Political and Theoretical*, in Richard Kindersley. *In Search of Eurocommunism*, New York, New York, St. Martin's Press, 1981, p. 23-36.

¹⁷ As resoluções das três cimeiras estão publicadas em Peter Lange e Maurizio Vannicelli. *The Communist Parties of Italy, France and Spain : Postwar Change and Continuity*. Londres, George Allen and Unwin, 1981, p. 357-361.

¹⁸ *Ibid.*, p. 360

¹⁹ Sobre este problema, ver as críticas de Santiago Carrillo à URSS em Santiago Carrillo. *Eurocommunism and the State*, Westport, Conn.: Lawrence Hill and Co., 1978. Uma das respostas mais violentas a S. Carrillo, por parte dos soviéticos, foi publicada em *Tempos Novos* de Junho de 1977. Sobre os vários problemas internos do PCE, Cf., Eusébio Mujal-Leon, op. cit., e também Eusébio Mujal-Leon. «Decline and Fali of Spanish Communism.. *Problems of Communism*, 35, 2, Março-Abril de 1986.

²⁰ Cf. Eusébio Mujal-Leon. *Communism and Political Change in Spain*, op. cit., p. 124.

²¹ Cf. J. William Friend, op. cit., p. 53.

²² Cf. Kevin Devlin. Italian Communist Blueprint for European Unity. *Radio Free Europe Research Bulletin*, 27 de Setembro de 1983.

²³ *Ibid.*, p.4.

²⁴ Bernard Marx. «West European Integration and the Working-Class Movement», *World Marxist Review*, 32,1, Janeiro de 1989, p. 78.

²⁵ Cf. Bernard Marx. «Régression commune ou luttés et rapprochements des peuples pour le progrès». *Cahiers du communisme*, 4, Abril de 1989.

²⁶ Cf. Julio Anguita. «What Sort of Europa?», *World Marxist Review*, 32, 5, Maio de 1989, p. 4.

²⁷ *Ibid.*, p. 4.

²⁸ *Ibid.*, p. 5.

²⁹ O Grupo para a Esquerda Unitária Europeia é composto por 28 deputados, 22 dos quais são do PCI e 4 do PCE (IU), um dinamarquês e da Grécia. Cf. *Tribuna da Europa*, N.º 8, Julho de 1989.

³⁰ O Grupo da Coligação de Esquerda é dominado por 7 elementos do PCF, 3 do PCP, 3 gregos (do PC ortodoxo grego) e um deputado do Worker's Party da Irlanda. *Ibid.*

³¹ Sobre as atitudes dos partidos políticos portugueses face às Comunidades Europeias, Cf., José Manuel Durão Barroso. *Le système politique portugais face a l'intégration européenne : Partis Politiques et Opinion Publique*. Lisboa : APRI, 1983.

³² Álvaro Cunhal. *Rumo 3 Vitória : As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*. Lisboa, Edições Avante, 1979, p.15.

³³ Partido Comunista Português. *Programa do Partido Comunista Português*. Lisboa, Edições Avante, 1974, p. 22.

³⁴ Cf. Cunhal, *op. cit.*, p. 43.

³⁵ Nota Sobre a Situação Política do Comité Central do PCP, 16 de Junho de 1975. in Partido Comunista Português. *Documentos Políticos do Comité Central do PCP, 2.º Volume*, Lisboa, Edições Avante, 1975, p. 164.

³⁶ Sobre esta questão teórica, Cf., Carlos Gaspar. *Histórias do PCP : a tese da revolução democrática e nacional.*, *Revista de Ciência Política*, 2, 1985, p. 74-75.

³⁷ Cf. Cunhal, *op. cit.*, p. 94.

³⁸ *Ibid.*, p. 98.

³⁹ *Ibid.*, p. 97.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 97.

⁴¹ Esta é a tese ortodoxa proposta pelo PCUS na altura. Apenas foi remodelada aquando do XXVII Congresso do PCUS.

⁴² Álvaro Cunhal. *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa, Edições Avante, 1976, p. 184.

⁴³ *Ibid.*, p. 123.

⁴⁴ De facto, o regime «mais avançado» da Europa era incompatível com o parlamentarismo. Segundo Álvaro Cunhal, «O Portugal revolucionário de hoje, vencendo os perigos da contra-revolução, não pode converter-se num regime de democracia burguesa, ou seja, num regime parlamentar a encobrir o poder económico e político do capital monopolista...» Álvaro Cunhal. *A crise político-militar, Discursos políticos*, 5. Lisboa, Edições Avante, 1976, p. 333.

⁴⁵ Cf. Cunhal. *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*, *op. cit.*, p. 278

⁴⁶ Para uma análise do conteúdo da «alternativa democrática», cf. *A resolução aprovada na reunião plenária do CC do PCP em 3/4 de Abril de 1977*, intitulada, «O PCP por uma alternativa democrática para a saída da crise». *O Militante*, 4, 1977. p. 20-32.

⁴⁷ Ibid., p. 21.

⁴⁸ Ibid., p. 22.

⁴⁹ Cf. *O PCP perante a nova e perigosa fase da democracia portuguesa, resolução do CC do PCP de 31 de Julho de 1977* *O Militante*, 4, 77 p. 22.

⁵⁰ Ibid., p. 23.

⁵¹ Ibid., p. 23.

⁵² Cf. *Octávio Teixeira. Alguns efeitos globais da adesão à CEE na economia portuguesa, in Partido Comunista Português. Não ao Mercado Comum: Efeitos globais da adesão à CEE e alternativa, Lisboa, Edições Avante, 1980, p. 71.*

⁵³ *Álvaro Cunhal, A revolução portuguesa: o passado e o futuro, op. cit., p. 113-117.*

⁵⁴ «Para salvar a democracia e o país : prosseguir a luta por uma alternativa democrática. Resolução do CC do PCP de 4 de Junho de 1984». *O Militante*, p. 30.

⁵⁵ Cf. *Albano Nunes. Política externa independente e «cooperação política europeia», in Factos e Documentos, Setembro-Outubro de 1987.* Este número reúne as intervenções do seminário CEE: Acto Unico e Soberania Nacional, promovido pelo PCP e realizado em 14 de Junho de 1987.

⁵⁶ *Esta foi uma das conclusões tiradas pelo PCP durante o debate «A CEE e as relações económicas externas de Portugal, realizado em 21 de Abril de 1979. Cf. O Militante, 6, 1979, p. 29.(57)*

⁵⁸ Ibid., p. 29. ⁵⁸ Ibid., p. 30.

⁵⁹ *Sobre a questão da supranacionalidade, cf. Luís Sá, A supranacionalidade e as suas consequências na democraticidade do processo de decisão política, e José Magalhães, Ordem Institucional, «Supranacionalidade» e «Primado do Direito Comunitário: Realidades e mitologia de adesão, in Factos e Documentos, 1, Setembro-Outubro de 1987.*

⁶⁰ As referências anti-espanholas prevalecem nos documentos do PCP. O relacionamento, nem sempre pacífico, entre o PCP e o PCE, que apoiava o processo de integração explicam, em parte, o tom anti-espanhol dos comunistas portugueses.

⁶¹ *O Militante, 6, 1980, p. 21.*

⁶² «A Gravidade da Situação; A urgência da demissão do governo; A alternativa democrática. Resolução do CC do PCP de 26 de Novembro de 1984». *O Militante*, 12, 1984, p. 24.

⁶³ *O Militante, 5, 1985.*

⁶⁴ «Sobre a situação política decorrente da demissão do governo e da dissolução da Assembleia da República. Declaração do CC de 14 de Julho de 1985». *O Militante*, 7, 1985, p. 31.

⁶⁵ *Sérgio Ribeiro. A natureza de classe da Comunidade Económica Europeia, in Factos e Documentos, op. cit., p. 16-22.*

⁶⁶ «Sobre a classe operária e a luta de classes», *O Militante*, 7, 1986, p. 32.

⁶⁷ O ponto de vista do PCP é expresso nos artigos publicados no número 1 de *Factos e Documentos*. O PCP votou contra este Acto na Assembleia da República.

⁶⁸ Comunicado sobre a reunião do CC do PCP de 6 e 7 de Outubro de 1986. *O Militante*, 10, 1986, p. 32.

⁶⁹ Sobre o quadro institucional do Parlamento Europeu, cf. *O Militante*, 2, 1987, p. 11.

⁷⁰ Ibid., p. 12.

⁷¹ Ibid., p. 12.

⁷² Estudar, esclarecer e combater as consequências nefastas da adesão à CEE O Militante, 7, 1987. p. 15.

⁷³ Uma fonte indispensável é Zita Seabra. O nome das coisas: *reflexão em tempo de mudança*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988. Sobre a crise do PCP, Cf. ainda, Carlos Gaspar, «O deserto dos tártaros revisitado», Risco, 10, 1988; Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988; Vasco Rato, *PCP: Anatomia de uma crise*, Risco, 9, 1988.

⁷⁴ Entrevista de Álvaro Cunhal a O Militante, 2, 1988, p. 6.

⁷⁵ Este documento representa as teses que foram adaptadas aquando do XII Congresso do PCP, em Dezembro de 1988, Cf. Partido Comunista Português. *Portugal e a CEE hoje*, Lisboa, Edições Avante, 1989.

⁷⁶ Ibid., p. 91.

⁷⁷ «Resolução Política do XII Congresso». *O Militante*, 12, 1988, p. 13.